

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 448, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Geral de Telecomunicações, Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013, no Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012, no Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, aprovado pela Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001, no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, no Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite para Transporte de Sinais de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 220, de 5 de abril de 2000, no Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008, no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal (PGA-SMP), aprovado pela Resolução nº 321, de 27 de setembro de 2002, e no Plano Geral de Metas de Competição – PGMC, aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012;

CONSIDERANDO que a TELEFÔNICA BRASIL S/A, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, é prestadora do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional - LDN, por meio de concessões no Setor nº 31 da Região III do Plano Geral de Outorgas – PGO. Detém ainda autorização para prestação do STFC, nas modalidades Local e LDN, nas Regiões I e II e no Setor nº 33, da Região III, do PGO, e na modalidade Longa Distância Internacional – LDI, nas Regiões I, II e III do PGO, bem como autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, em todo o território nacional. Além disso, é sucessora, por incorporação da VIVO S/A, prestadora do Serviço Móvel Pessoal – SMP nas Regiões I, II e III do Plano Geral de Autorizações do SMP – PGA e prestadora do SCM, para todo o território nacional;

CONSIDERANDO que a GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 03.420.926/0001-24, é prestadora do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Local, LDN e LDI, nas Regiões I, II e III do PGO, em conformidade com os Termos de Autorização nº 007/1999/SPB-ANATEL, nº 008/1999/SPB-ANATEL, nº 255/2003/SPB-ANATEL, nº 256/2003/SPB-ANATEL e nº 300/2003/SPB-ANATEL, e seus aditivos. A prestadora também é autorizada a prestar o Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, por meio dos Termos de Autorização nº 065/2003/PVST/SPV-Anatel, nas Regiões I e III do PGO, e nº 154/2006/PVST/SPV-Anatel, na Região II, bem como se constitui em autorizada à prestação do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC;

CONSIDERANDO que a INNOWEB LTDA., CNPJ/MF nº 07.621.112/0001-09, empresa controlada indiretamente pela GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A, prestadora do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM em todo território nacional;

CONSIDERANDO que a GVT PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 10.242.813/0001-41, é empresa *holding* e controladora direta da GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.023792/2014-20;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 430/2014-CD, de 24 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União - DOU do dia 26 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da GVT PARTICIPAÇÕES S/A, da INNOWEB LTDA. e da TELEFÔNICA BRASIL S/A, nos termos da alínea a.1 do Acórdão nº 430/2014-CD,

RESOLVE:

Art. 1º Anuir previamente com a transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 10.242.813/0001-41, para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, mediante os seguintes condicionamentos:

I - eliminação da sobreposição de outorgas do Serviço Telefônico Fixo comutado (STFC) existente entre a TELEFÔNICA BRASIL S/A e a GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 03.420.926/0001-24, para atendimento do disposto no art. 9º do Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, aprovado pela Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001, no prazo máximo de 18 meses contados a partir da publicação do presente Ato de Concessão de Anuência Prévia no DOU;

II - a assunção, pela TELEFÔNICA BRASIL S/A, das seguintes obrigações:

a - manter indefinidamente, no mínimo a atual cobertura geográfica de atendimento dos Grupos GVT e TELEFÔNICA para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), abstendo-se de continuar totalmente sua oferta ou de substituí-la por planos inacessíveis aos usuários finais já atendidos;

b - manter as ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas do STFC, do SCM e do SeAC vigentes na data da aprovação da presente operação pelas prestadoras dos Grupos GVT e TELEFÔNICA, pelo prazo mínimo de dezoito meses, contados a partir da publicação do presente Ato de Concessão de Anuência Prévia no DOU;

c - manter, por no mínimo dezoito meses, contados a partir da publicação do presente Ato de Concessão de Anuência Prévia no DOU, todos os contratos firmados pela GVT com quaisquer usuários de serviços de telecomunicações, salvo negociação entre as partes; e,

d - apresentar à Anatel, no prazo máximo de noventa dias, contados a partir da publicação do presente Ato de Concessão de Anuência Prévia no DOU, plano de expansão da cobertura da rede e dos principais serviços de telecomunicações que envolva, no mínimo, 10 localidades fora do estado de São Paulo ainda não atendidas pelo grupo econômico ampliado, em período máximo de três anos; e,

III - determinar que a operação subsequente de transferência de ações da TELECOM ITÁLIA S.P.A. e da TELEFÔNICA BRASIL S/A, descrita nos autos, deverá ser objeto de novo e oportuno pedido de anuência prévia a ser apreciado por esta Agência.

§ 1º A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do presente Ato no DOU, prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias.

§ 2º Cópia autenticada da documentação referente à operação objeto deste artigo deverá ser encaminhada à Anatel no prazo de 60 (sessenta) dias, o qual será contado a partir da data de seu registro no órgão competente.

Art. 2º Deferir o pedido formulado por TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A para ingresso nos autos como interessada, ressalvado o acesso aos documentos sujeitos a tratamento confidencial.

Art. 3º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DO ATO Nº 448, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Processo nº 53500.023792/2014-20. Anuir previamente com a transferência do controle integral da GVT PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 10.242.813/0001-41, para a TELEFÔNICA BRASIL S/A, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, mediante os seguintes condicionamentos: (i) eliminação da sobreposição de outorgas do Serviço Telefônico Fixo comutado (STFC) existente entre a TELEFÔNICA BRASIL S/A e a GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 03.420.926/0001-24, para atendimento do disposto no art. 9º do Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, aprovado pela Resolução nº 283, de 29 de novembro de 2001, no prazo máximo de 18 meses contados a partir da publicação do presente Ato de Concessão de Anuência Prévia no Diário Oficial da União - DOU; (ii) a assunção, pela TELEFÔNICA BRASIL S/A, das seguintes obrigações: (ii).1. manter indefinidamente, no mínimo a atual cobertura geográfica de atendimento dos Grupos GVT e TELEFÔNICA para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), para o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), abstendo-se de continuar totalmente sua oferta ou de substituí-la por planos inacessíveis aos usuários finais já atendidos; (ii).2. manter as ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas do STFC, do SCM e do SeAC vigentes na data da aprovação da presente operação pelas prestadoras dos Grupos GVT e TELEFÔNICA, pelo prazo mínimo de dezoito meses, contados a partir da publicação do presente Ato de Concessão de Anuência Prévia no DOU; (ii). 3. manter, por no mínimo dezoito meses, contados a partir da publicação do presente Ato de Concessão de Anuência Prévia no DOU, todos os contratos firmados pela GVT com quaisquer usuários de serviços de telecomunicações, salvo negociação entre as partes; e, (ii).4. apresentar à Anatel, no prazo máximo de noventa dias, contados a partir da publicação do presente Ato de Concessão de Anuência Prévia no DOU, plano de expansão da cobertura da rede e dos principais serviços de telecomunicações que envolva, no mínimo, 10 localidades fora do estado de São Paulo ainda não atendidas pelo grupo econômico ampliado, em período máximo de três anos; e, (iii) determinar que a operação subsequente de transferência de ações da TELECOM ITÁLIA S.P.A. e da TELEFÔNICA BRASIL S/A, descrita nos autos, deverá ser objeto de novo e oportuno pedido de anuência prévia a ser apreciado por esta Agência. Deferir o pedido formulado por TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A para ingresso nos autos como interessada, ressalvado o acesso aos documentos sujeitos a tratamento confidencial. A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do presente Ato no DOU, prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias. Cópia autenticada da documentação referente à operação objeto deste artigo deverá ser encaminhada à Anatel no prazo de 60 (sessenta) dias, o qual será contado a partir da data de seu registro no órgão competente. A aprovação não exime as empresas do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho